**Currículos Inclusivos: Abordagens para Crianças com Deficiência Múltipla**

Sheila Venancia da Silva Vieira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Resumo:** A investigação propõe analisar as políticas curriculares para estudantes com deficiência múltipla, focando especialmente nas crianças afetadas pela Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV). Objetivando compreender como a política curricular local se materializa na práxis educativa direcionada a esses público, adotamos uma abordagem qualitativa com recorte etnográfico, empregando a Teoria da Atuação (TA), concepção da Abordagem do Ciclo de Políticas proposta por Stephen Ball e colaboradores (2016) como abordagem para a análise dos dados para entender as dinâmicas contextuais. Alguns dos resultados encontrados no estudo de base que sustenta esse trabalho, apontam para a persistência das demandas de políticas curriculares inclusivas que contemplem a diversidade, destacando a importância da acessibilidade cognitiva e da abordagem intersetorial.

**Palavras-chave:** Deficiência Múltipla; Acessibilidade Cognitiva; Educação Inclusiva; Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV).

**Introdução**

A emergência da Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV), associada à microcefalia[[1]](#footnote-1) (Diniz, 2016), intensificou-se como pesquisas no campo do neurodesenvolvimento infantil. É essencial compreender esse desenvolvimento como um processo abrangente, que engloba dimensões físicas, neurológicas, comportamentais, sensoriais, cognitivas e linguísticas. Este estudo foca na inclusão educacional de crianças com deficiência múltipla, com ênfase naquelas impactadas pela SCZV. Diversas análises revelam que, quase uma década após a identificação inicial dessa condição no Brasil, as políticas e estruturas educacionais ainda enfrentam desafios significativos. Dessa forma, damos continuidade à problematização das questões pedagógicas que envolvem uma criança com deficiência múltipla, tema sobre o qual estudos e análises (Rocha; Pletsch, 2018; Sá; Sá et al., 2019; Pletsch; Araujo; Rocha, 2021; Pletsch , 2021; Antonioli Campos, 2021) foram desenvolvidos no âmbito do grupo de pesquisa Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE) como referência.

A investigação também destaca a problemática da centralidade curricular imposta pela BNCC. A análise, realizada sob a perspectiva da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) (OMS, 2003), é essencial para avançar no paradigma da inclusão social, propondo práticas pedagógicas que promovam uma aprendizagem acessível a todos.

A educação é reconhecida como um meio fundamental para a transformação social, conforme evidenciado pelo quarto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que aspira garantir um ensino de qualidade, inclusivo e equitativo até 2030. Utilizando o modelo biopsicossocial de deficiência, que leva em consideração as interações entre condições de saúde e fatores ambientais e pessoais, este estudo enfatiza a necessidade de diretrizes inclusivas e colaborativas.

**Metodologia**

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa com recorte etnográfico, fundamentada na Teoria da Atuação (TA) de Ball, Maguire e Braun (2016), para explorar as dinâmicas contextuais em uma rede municipal de ensino da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. Foram realizadas observações, entrevistas semiestruturadas e análise documental para a coleta de dados sobre práticas e políticas curriculares.

Este estudo faz parte do projeto de pesquisa "Pesquisas e ações intersetoriais entre educação e saúde na promoção da escolarização e do desenvolvimento de crianças com síndrome congênita do vírus Zika na Baixada Fluminense", encerrado pelo Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, protocolo número 135/2021, garantindo que todos os procedimentos respeitam as normas éticas orientadas para estudos envolvendo seres humanos, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade. Registre-se publicamente o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A Teoria da Atuação (Ball et al., 2016), interligada ao desenvolvimento da abordagem do Ciclo de Políticas ( Bowe et al.,1992), lança luz sobre a dinâmica e complexidade dos processos de formulação e execução de políticas educacionais. Essa perspectiva fornece uma compreensão abrangente e contextualizada dessas tendências, desafiando visões simplificadas e lineares por meio de uma abordagem mais rica e interconectada.

**Resultados e Discussão**

Para promover uma educação inclusiva e atual, é essencial examinar como as políticas curriculares nacionais se articulam com as especificidades dos contextos locais. A escolha pela TA (Ball et al., 2016) serviu como base para esta análise, oferecendo um referencial crítico para explorar as políticas educacionais. A abordagem do Ciclo de Políticas, inicialmente desenvolvida por Bowe et al. (1992) e refinada por Ball (1994), descrevendo as etapas que uma política percorre, desde sua concepção até sua avaliação. Estas etapas incluem a definição da agenda, a formulação, a correção e a avaliação da política.

Contextualizando a base teórica que orienta nossa análise TA oferece uma perspectiva pós-estruturalista que permite examinar minuciosamente as interações entre contextos macro e micro no campo político-educacional. Ao observarmos o Ciclo de Políticas, identificamos as fases que delineiam a trajetória de uma política, abrangendo definição da agenda, formulação, implementação e avaliação. Dessa forma, a abordagem conceitual do ciclo de políticas e a TA emergem como alternativas significativas, oferecendo uma estrutura analítica robusta desenvolvida pelos próprios atores em sua prática.

A teoria da atuação da política (Ball, Maguire e Braun, 2016), destaca a complexidade inerente à sua execução, permeada por interpretações, reinterpretações e ajustes ao contexto material. Essa abordagem, ao considerar a dinâmica multifacetada e a necessidade de ajustes contínuos, transcende as limitações de uma visão simplista, proporcionando uma compreensão mais precisa e contextualizada do processo de implementação de políticas públicas. No contexto teórico, a resposta às lacunas indicadas no modelo do ciclo de políticas se materializa na forma de operacionalização dessas políticas, refletindo a realidade complexa enfrentada pelos atores no campo educacional.

A escola, que ambicionamos inclusiva desde a educação infantil, nos impõe pensar em seus ambientes, momentos, gestão e relação de pessoas, estratégias e materiais pedagógicos, de maneira tal que o conjunto humano e material volte-se ao compromisso com o devido acesso, com a permanência, participação, oportunidade e desenvolvimento pleno também das crianças com deficiência. As práticas inclusivas na educação infantil atuais confrontam o modelo educacional com o que nos comprometemos, sobretudo, com a democratização do acesso e da qualidade do atendimento. Ainda que ancorado e referendado por políticas públicas, o distanciamento observado entre a realidade e o currículo escolar é abissal.

Um aspecto inovador construído ao longo da pesquisa refere-se à conceituação de acessibilidade cognitiva (Vieira, 2024), que se concentra nas diferentes capacidades cognitivas dos indivíduos, tornando a informação acessível para todos. Isso envolve o uso de linguagem clara, organização lógica de informações, apoios visuais e estratégias que atendem a diversos estilos de aprendizagem. A ênfase está na criação de ambientes que consideram as necessidades específicas relacionadas ao processamento cognitivo, promovendo a compreensão e a interação de todos os alunos, independentemente de suas habilidades cognitivas.

Esta perspectiva, de acordo com o que defende Pletsch (2017) conecta-se aos pressupostos do conceito de inclusão escolar, o qual está amplamente fundamentado nos direitos humanos, segundo a qual os sujeitos com deficiência devem ter acesso à educação, participar das atividades e aprender. A inclusão implica a combinação de três elementos: desenvolvimento dos sujeitos, pluralidade cognitiva e convivência com a diversidade cultural, numa escola com todos e para todos.

**Conclusões**

Os resultados evidenciam a urgência e estruturação de ações vinculadas à dimensão da acessibilidade cognitiva e intersetorialidade para um ensino equânime. O estudo destaca a importância de práticas curriculares que promovam o desenvolvimento pleno e a participação ativa desses estudantes. As políticas curriculares carecem de avanços na inclusão de crianças com deficiência, sobretudo e especialmente aquelas afetadas pela Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV). Há urgência da efetividade do compromisso com uma educação que valorize a diversidade e garanta oportunidades equitativas para todos.

**Referências**

ANTONIOLI, . C.; CAMPOS, Érica C. V. Z.; PLETSCH, M. D. Relações entre família e escola no desenvolvimento de crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus. Olhar de Professor, [S. l.], v. 24, p. 1–17, 2021. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.24.19826.092. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/19826. Acesso em: 2 set. 2022.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BOWE, Richar.; BALL, Stephen J.; GOLD, Ane. Reforming education & changing schools: case studies in Policy Sociology. London: Routledge , 1992. Brasil, (2016) pg 12. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S1984-7114201900010030100004&lng=en> Acesso em 05/02/2024

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017

DINIZ, Débora. 2016 Zika: Do sertão nordestino à ameaça global. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 192 pp

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Versão completa. Tradução para o português. 2003. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cif\_2003.pdf. Acesso em: 01 jan. 2024.

PLETSCH, Marcia Denise. Educação especial e inclusão escolar nos planos municipais de educação da baixada fluminense: avanços, contradições e perspectivas. Rev. Comunic,  Piracivaba ,  v. 23, n. 3, supl. es, p. 81-95,  set.  2016 .   Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S2238-121X2016000400081&lng=pt&nrm=iso>. acessos em  31  maio  2024.  <https://doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v23nespp81-95>.

PLETSCH, Márcia Denise; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. Entre a espera e a urgência: propostas educacionais remotas para crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus durante a pandemia da COVID-19. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2017126, 2020.

PLETSCH, M. D. Pesquisas e ações intersetoriais entre educação e saúde na promoção da escolarização e do desenvolvimento de crianças com síndrome congênita do zika vírus na Baixada Fluminense. Projeto de Pesquisa. Nova Iguaçu: UFFRJ, 2019.

SÁ, Miriam Ribeiro Calheiros de. et al. De toda maneira tem que andar junto: ações intersetoriais entre saúde e educação para crianças vivendo com a síndrome congênita do vírus Zika. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 35, n. 12, nov. 2019a. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00233718>

SA, Miriam Ribeiro Calheiros de; PLETSCH, Márcia Denise. A participação de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus: intercessões entre o modelo bioecológico e a funcionalidade humana. Práxis Educativa, Ponta Grossa , v. 16, e2117383, 2021 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1809-43092021000100109&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 fev. 2024. Epub 20-Out-2021. <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.16.17383.017>.

ROCHA, M. G. de S. da; PLETSCH, M. D. Deficiência múltipla, sistemas de apoio e processos de escolarização. Horizontes, [S. l.], v. 36, n. 3, p. 99–110, 2018. DOI: 10.24933/horizontes.v36i3.700. Disponível em: https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/700. Acesso em: 31 maio. 2024.

VIEIRA, Sheila. Venancia da Silva.; O lugar da deficiência múltipla nas políticas curriculares inclusivas na Educação Infantil. Tese (Doutorado em Educação) - 2024. 219 p Tese. (Doutorado em Educação). Instituto de Educação, Instituto Multidisciplinar, PPGEduc, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Nova Iguaçu, RJ, 2024.

1. A deficiência múltipla decorrente da infecção do Zika Vírus apresenta, como manifestação mais comum, problemas crônicos complexos de saúde, é possível observar ainda como características, calcificação intracraniana e volume cerebral diminuído, microcefalia ou outras alterações do sistema nervoso central (Sá et al., 2019). Pletsch e Mendes (2020) salientam a possibilidade de quadros epiléticos, deficiências sensoriais (auditiva e visual), comprometimentos psicomotores, na formação do aparelho ósseo e articulatório em diversos graus. Para saber mais consultar Vieira (2024). [↑](#footnote-ref-1)